

PROTEGENDO SERVIÇOS AMBIENTAIS: O CASO DE CDORB NO NORTE DE MINDANAO, FILIPINAS

Hilly Ann Roa-Quiaoit, Ph.D., Yashimera L. Maape

Com a degradação de nossos recursos naturais, o governo filipino priorizou 18 bacias hidrográficas do país e defendeu sua gestão, incluindo a bacia do rio Cagayan de Oro (CDORB) no norte de Mindanao.



A Bacia do Rio Cagayan de Oro (CDORB) tem uma área total de aproximadamente 138.000 ha cobrindo os municípios de Baungon, Libona e Talakag em Bukidnon, Cagayan de Oro City em Misamis Oriental e uma pequena porção da cidade Iligan em Lanao del Norte. A bacia começa nas áreas a montante das bacias hidrográficas dos montes Kalatungan e Kitanglad (carinhosamente chamado de KitKat) nas cordilheiras da província de Bukidnon. Essas cadeias de montanhas têm fortes laços culturais, históricos e biológicos. Kitkat também é bastante conhecido como o domínio ancestral das três principais tribos indígenas da província, Talaandig, Higaonon e Bukidnon.

O monte Kitanglad, com uma altitude de 2.899 metros acima do nível do mar, é considerado o terceiro pico mais alto do país, enquanto o Monte Kalatungan é considerado o quinto mais alto, com uma altura de 2.287 metros acima do nível do mar. Essas duas cadeias de montanhas são o lar de algumas das espécies ecologicamente importantes do mundo, hospedando mais de 600 espécies raras e endêmicas, entre elas a águia filipina, criticamente ameaçada de extinção, e o tárccio filipino, dependente de conservação. O Monte Kitanglad também é o lar da *Rafflesia schadenbergiana*, a segunda maior flor do mundo.



Em meio à beleza, os montes Kalatungan e Kitanglad há muito enfrentam ameaças ambientais, como exploração ilegal de madeira, caça de espécies ameaçadas de extinção e a conversão dos limites da floresta em fazendas e concessionárias de negócios. Esses problemas permaneceram invisíveis nos últimos anos, até dezembro de 2011, quando o norte de Mindanao foi atingido pelo devastador tufão Washi (localmente Sendong), causando fortes chuvas, deslizamentos de terra e inundações na bacia do rio Cagayan de Oro, onde aproximadamente 1.300 pessoas morreram e os danos à infraestrutura, agricultura e propriedade privada são calculados em mais de 2 bilhões de PHP (cerca de 44 milhões de dólares). Este foi o uivo clamoroso das duas montanhas após décadas de abandono, um terrível alerta para o povo.

Agora, com o crescimento recente do foco em abordagens paisagísticas na gestão de recursos e proteção ambiental, o papel e a relevância da abordagem multissetorial estão se tornando expressivos. O Conselho de Gestão da Bacia do Rio Cagayan de Oro (CDORBMC) é um modelo de plataforma com múltiplos atores interessados em governança ambiental. Criado em 2010, sob a liderança da Arquidiocese de Cagayan de Oro e do Departamento Regional de Meio Ambiente e Recursos Naturais (DENR 10), muitas das bacias hidrográficas do país estão seguindo este exemplo e modelando sua estrutura para a configuração atual do CDORBMC. Entretanto, a singularidade do CDORBMC é a sua aliança com três órgãos de gestão existentes em todo o cenário terrestre e marinho, nomeadamente a Aliança para o Desenvolvimento da Baía de Macajalar (MBDA), o Conselho de Gestão da Bacia do Rio Cagayan de Oro (CDORBMC) e o Conselho de Gestão da Bacia do Rio Tagoloan (TRBMC).





Uma das abordagens únicas de PES é o caso da Associação Tribal Miarayon-Lapok-Lirongan-Tinaytayan (MILALITTRA), que restaura seus domínios ancestrais. Os Povos Indígenas são vendedores de serviços de ecossistema de fornecimento de água e controle de enchentes para compradores a jusante na cidade urbana e compradores da cidade urbana a jusante de Cagayan de Oro, que se beneficiam de serviços de ecossistema. Os fundos são gerenciados por uma ONG terceirizada que administra os fundos e desenvolve a capacidade da associação tribal.

O Conselho se aventurou a sustentar o crescimento verde, valorizando os serviços do ecossistema, socialmente comercializados como VEST - Valuing Ecosystem Services Together! Uma das principais ações de defesa do Conselho é a promoção e implementação de Pagamentos por Serviços Ecossistêmicos (PES) em toda a bacia hidrográfica. O PES tem sido uma ferramenta financeira emergente para a restauração, conservação e proteção ambiental, tanto para Organizações da Sociedade Civil (OSC) e Unidades de Governo Local (LGUs) sob a abrangência do CDORBMC para salvaguardar e melhorar o fluxo contínuo de serviços ecossistêmicos. Um PES de diferentes modalidades é implementado em toda a bacia hidrográfica, tanto com base em LGU quanto em ONGs.



Na cabeceira adjacente, outra modalidade de PES foi estabelecida no Fundo Talama pelas ONGs Integradas Kitanglad (KIN), um fundo de seguro para os guardas florestais indígenas. O Talama é um fundo fiduciário como um sistema de recompensa e incentivo para o Conselho de Anciãos e os Voluntários da Guarda Kitanglad. Os fundos são um sistema de ação de graças e gratidão a essas pessoas que ajudam permanentemente a proteger e conservar as áreas circundantes do Monte Kitanglad. O Fundo Talama é visto como um caminho para encorajar a sustentabilidade dos sistemas indígenas e práticas de conservação para proteger o Monte Kitanglad.



Um pacto consuetudinário sagrado da Unifrutti Filipinas por meio da Fundação Hineleban Inc. associa as sete (7) tribos de Bukidnon no uso de suas terras ancestrais para o plantio de banana e abacaxi. Eles protegerão a bacia hidrográfica e farão uma reabilitação massiva da bacia hidrográfica como sua contribuição para garantir o fluxo de serviços ecológicos. A Unifrutti contribui anualmente com P1, 000 / ha / ano para banana e 500 / ha / ano para plantações de abacaxi como seu reconhecimento à Tribo Talaandig de Bukidnon como detentora de concessões, elegibilidade e direitos nativos por estatutos sobre a lei da terra.

A Associação Tribal Mirayon-Lapok-Lirongan-Tinaytayan (MILALITTRA), ONGs Integradas Kitanglad e a Fundação Hineleban são bons modelos de setor privado e associação tribal local em parceria com recompensas para o meio ambiente.



Os decretos sobre PSA pelas Unidades de Governo Local (LGUs) também estão avançando muito. Na cidade de Cagayan de Oro, o conselho legislativo já aprovou seu decreto PES após 6 anos de lobby; ele vem com uma alocação anual de PhP 10 milhões de pesos para proteger seus serviços ecossistêmicos, uma abordagem única e inovadora para LGUs nas Filipinas. O fundo será implementado pelo Escritório Municipal de Meio Ambiente e Recursos Naturais (CLENRO) para a conservação, proteção e restauração de bacias hidrográficas, arborização urbana e estabelecimento de bolsões verdes de bacias hidrográficas e sub-bacias hidrográficas da CDORB dentro da jurisdição da cidade de Cagayan de Oro.

As LGUs adjacentes também contribuíram significativamente para a urgência de reabilitar as áreas de planalto do CDORB. Em 2019, a LGU Libona aprovou sua regulamentação PES revisada, que acarreta uma taxa atrelada ao tipo de negócio, e uma cobrança fixa para os consumidores residenciais. Os fundos serão usados na reabilitação da floresta próxima e áreas ribeirinhas, que sofrem principalmente o efeito da erosão maciça do solo e conversão de terras.





A LGU de Talakag aumentará o apoio ao PES existente da MILALITRA no monte Kalatungan dentro de sua jurisdição geográfica, adicionando também cinco pesos na conta mensal de água de residências e estabelecimentos comerciais.



A LGU de Baungon ainda está em dúvida sobre qual serviço ecológico enfocará, mas é um exemplo muito bom para LGUs no processo de promover uma iniciativa de PSA em sua legislação local.

A maior contribuição das Unidades de Governo Local de Cagayan de Oro, Libona, Baungon e Talakag é o fornecimento do apoio político e reformas necessárias que beneficiam seus constituintes e seu meio ambiente. Os defensores ambientais no poder legislativo do governo são uma vantagem crítica no processo de lobby e defesa. Da mesma forma, o governo fornece a plataforma para que as pessoas se envolvam e participem da proteção de nossos recursos e de todo o ecossistema.

No geral, reconhecemos que os serviços ecossistêmicos são muito críticos para o bem-estar humano. Porém, precisamos de fundos para garantir o fluxo desses serviços e que o PSA possa ser um mecanismo impulsionador para a proteção, reabilitação e conservação ambiental. Mais importante ainda, isso mostra que mesmo com a diversidade de interesses dos diferentes atores, seja na LGU ou na coalizão de CSO, se houver uma visão comum compartilhada para o meio ambiente, todos estarão abertos, comprometidos e dispostos a trabalhar em conjunto ao ver a interdependência entre eles.

